

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DO PROTOCOLO (Uso do órgão de registro
 JUCESC)
 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA
 CATARINA

Matrícula (da sede ou da filial
 quando a sede for em outra UF)
 42202391684

CÓDIGO DA
 NATUREZA
 JURÍDICA
 2062

Nº DE MATRÍCULA DO AGENTE
 AUXILIAR DO COMÉRCIO

17/66648-6

REQUERIMENTO

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Requerimento: 81700001099244
 DBE analisado.
 Emitido em 16/11/2017 - V3

23 NOV 2017

NOME: SOFTILUX DESENVOLVIMENTO SUPORTE E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS LTDA EPP

Requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato.

Nº DE VIAS	COD. ATO	COD. EVENTO	QTD	DESCRIÇÃO DO ATO/EVENTO
0	602			
		021	1	ALTERAÇÃO
		051	1	Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
				Consolidação de Contrato/Estatuto

VIA ÚNICA

FLORIANÓPOLIS
 16/11/2017

Representante Legal da Empresa /Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: LUCIANO LUIS PEDROSO PEGARIHA

Assinatura: _____

Telefone de contato: (48)30281346 societario@innovacao.com.br

RESOLUÇÃO DA JUNTA COMERCIAL

☒ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(is) igual(ais) ou semelhante(s)

☐ SIM

☐ SIM

Processo em ordem.
 A decisão

☐ NÃO

/ /

Data

Responsável

☐ NÃO

/ /

Data

Responsável

/ /

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência

(Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e

☐ Processo indeferido.

2ª Exigência

☐

3ª Exigência

☐

4ª Exigência

☐

5ª Exigência

☐

Cesar Augusto Pereira Oliveira

Vogal JUCESC

Assessor AFSC

27, 11, 17

[Assinatura]

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência

(Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e

☐ Processo indeferido.

2ª Exigência

☐

3ª Exigência

☐

4ª Exigência

☐

5ª Exigência

☐

Data

Vogel

Presidente da _____ Turna

Vogel

Vogel

OBSERVAÇÕES:

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

27/11/2017

Certifico o Registro em 27/11/2017

Agravoamento 2017666486 Protocolo 17666486 de 23/11/2017

Nome da empresa SOFTILUX DESENVOLVIMENTO SUPORTE E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS LTDA EPP NIRE 42202391684

Este documento pode ser verificado em

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 10 DA SOCIEDADE SOFTILUX
DESENVOLVIMENTO SUPORTE E MANUTENCAO DE SISTEMAS LTDA
EPP**

CNPJ nº 02.067.290/0001-16

SERGIO BASTOS nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 04/04/1955, DIVORCIADO, COMERCIANTE, CPF nº 168.496.800-30, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 3.600.967-9, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) AV. DO ANTÃO, 353, AGRONÔMICA, FLORIANOPOLIS, SC, CEP 88025150, BRASIL.

LUCIANO LUIS PEDROSO PECANHA nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 12/08/1968, CASADO em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, COMERCIANTE, CPF nº 465.005.370-68, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 5.032.909.441, órgão expedidor SSP - RS, residente e domiciliado(a) no(a) RUA JOSÉ CANDIDO DA SILVA, 126, APTO. 401, BALNEÁRIO, FLORIANOPOLIS, SC, CEP 88075250, BRASIL.

Sócios da Sociedade Limitada de nome empresarial SOFTILUX DESENVOLVIMENTO SUPORTE E MANUTENCAO DE SISTEMAS LTDA EPP, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42202391684, com sede Rua Coronel Pedro Demoro, 1595, Sala 08, Estreito Florianópolis, SC, CEP 88.075-301, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 02.067.290/0001-16, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

QUADRO SOCIETÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA. SAMARA COSTA OLIVEIRA PECANHA admitido neste ato, nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 17/08/1970, casada em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, ARTESÃ, CPF nº 003.876.849-64, CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO nº 01262466485, órgão expedidor DETRAN - SC, residente e domiciliado(a) no(a) RUA JOSE CANDIDO DA SILVA, 126, APT 401, BALNEARIO, FLORIANOPOLIS, SC, CEP 88075250, BRASIL.

Retira-se da sociedade o sócio(a) SERGIO BASTOS, detentor de 2.500 (Dois Mil e Quinhentos) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, correspondendo a R\$ 2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais).

CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

J

(assinatura)

(assinatura)

Req: 817000010999744

Página 1



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 27/11/2017

Arquivamento 20176666486 Protocolo 176666486 de 23/11/2017

Nome da empresa SOFTILUX DESENVOLVIMENTO SUPORTE E MANUTENCAO DE SISTEMAS LTDA EPP NIRE 42202391684

Este documento pode ser verificado em <http://reg.jucos.sc.gov.br/autenticacao/Documentos/autenticacao.aspx>

Chancela 67858156118760

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/11/2017

por Henry Gey Petry Neto - Secretário-geral.

27/11/2017

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 10 DA SOCIEDADE SOFTILUX
DESENVOLVIMENTO SUPORTE E MANUTENCAO DE SISTEMAS LTDA
EPP**

CNPJ nº 02.067.290/0001-16

CLÁUSULA SEGUNDA. O sócio(a) SERGIO BASTOS transfere suas quotas de capital social, que perfaz o valor total de R\$1.276,00 (Mil Duzentos e Setenta e Seis Reais), direta e irrestritamente ao sócio LUCIANO LUIS PEDROSO PECANHA, da seguinte forma: Vende e Transfere, dando plena, geral e irrevogável quitação.

O sócio(a) SERGIO BASTOS transfere suas quotas de capital social, que perfaz o valor total de R\$1.224,00 (Mil Duzentos e Vinte e Quatro Reais), direta e irrestritamente ao sócio SAMARA COSTA OLIVEIRA PECANHA, da seguinte forma: Vende e Transfere, dando plena, geral e irrevogável quitação.

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA TERCEIRA. O capital anterior totalmente integralizado passa a ser de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), em moeda corrente nacional, representado por 6.000 (seis mil) quotas de capital, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, cujo aumento é totalmente subscrito e integralizado, neste ato, pelos sócios. Em decorrência do aumento do capital social este fica assim distribuído:

LUCIANO LUIS PEDROSO PECANHA, com 4.500 (quatro mil e quinhentos) quotas, perfazendo um total de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) integralizado.
SAMARA COSTA OLIVEIRA PECANHA, com 1.500 (um mil e quinhentos) quotas, perfazendo um total de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) integralizado.

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA. A administração da sociedade caberá ISOLADAMENTE a(o) Sócio(a) LUCIANO LUIS PEDROSO PECANHA com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA QUINTA. O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que



Req: R1700001099244

Página 2



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

27/11/2017

Certifico o Registro em 27/11/2017

Arquivamento 2017666486 Protocolo 17666486 de 23/11/2017

Nome da empresa SOFTILUX DESENVOLVIMENTO SUPORTE E MANUTENCAO DE SISTEMAS LTDA EPP NIRE 42202391684

Este documento pode ser verificado em: <http://regin.jucosac.sc.gov.br/autenticacao/Documentos/autenticacao.aspx>

Chancela 67858156116360

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/11/2017

por Henry Gey Petry Neto - Secretário-geral,

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 10 DA SOCIEDADE SOFTILUX
DESENVOLVIMENTO SUPORTE E MANUTENCAO DE SISTEMAS LTDA
EPP**

CNPJ nº 02.067.290/0001-16

vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA SEXTA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece FLORIANÓPOLIS/SC.

CLÁUSULA SÉTIMA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira: A Sociedade girará sob a denominação social de "SOFTILUX DESENVOLVIMENTO SUPORTE E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS LTDA EPP".

Cláusula Segunda: A sede social será na Rua Coronel Pedro Demoro, Nº 1595 – Sala 08 – Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88.075-301.

Cláusula Terceira: A empresa terá como título do estabelecimento a expressão "SOFTILUX SISTEMAS".

Cláusula Quarta: A sociedade tem como objetivo a exploração do ramo do suporte técnico e manutenção de sistemas. Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador.

Cláusula Quinta: A Sociedade iniciou suas atividades em 01/09/1997, e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

Cláusula Sexta: O capital social subscrito é de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), divididos em 6.000 (Seis mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizados neste ato em moeda corrente nacional, e distribuídos aos sócios da seguinte forma:

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

Req: 81700001099244

Página 3



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 27/11/2017

Arquivamento 20176666486 Protocolo 176666486 de 23/11/2017

Nome da empresa SOFTILUX DESENVOLVIMENTO SUPORTE E MANUTENCAO DE SISTEMAS LTDA EPP NIRE 42202391684

Este documento pode ser verificado em <http://sjm.jucos.sc.gov.br/identificacao/Documentos/identificacao.asp>

Chancela 67858156118760

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/11/2017

por Henry Gey Petry Neto - Secretário-geral.

27/11/2017

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL N° 10 DA SOCIEDADE SOFTILUX
DESENVOLVIMENTO SUPORTE E MANUTENCAO DE SISTEMAS LTDA
EPP**

CNPJ nº 02.067.290/0001-16

Sócios	Cotas	Valor	%
LUCIANO LUIS PEDROSO PEÇANHA	4.500	R\$ 4.500,00	75
SAMARA COSTA OLIVEIRA PEÇANHA	1.500	R\$ 1.500,00	25

Cláusula Sétima: A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Oitava: As cotas do capital social são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser alienadas, cedidas a terceiros, caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, exceto mediante autorização de sócios que representem a maioria absoluta do capital social.

Cláusula Nona: As cotas somente poderão ser cedidas a terceiros após terem sido oferecidas preferencialmente aos sócios, com prazo mínimo de quinze dias, para que possam exercer ou não, o direito de preferência. Decorrido esse prazo e observada a igualdade de condições, podem ser oferecidas a terceiros, estranhos à sociedade.

Cláusula Décima: Os sócios deverão ser notificados sobre a cessão das cotas por escrito, em documento que contenha a quantidade de cotas e o preço por elas exigido, exceto quando for de consenso de todos, mediante assinatura do instrumento de alteração contratual.

Cláusula Décima Primeira: Na hipótese de todos os sócios manifestarem o direito de preferência, a cessão das cotas se fará na proporção daquelas que já possuem.

Cláusula Décima Segunda: Não exercido o direito de preferência, o cedente estará automaticamente autorizado a efetivar a cessão a terceiro, pelo preço mínimo indiciado anteriormente, observado o disposto na Cláusula Oitava.

Cláusula Décima Terceira: Na hipótese de não efetivada a cessão no preço ofertado e persistir o sócio na intenção de alienar suas cotas, o procedimento referente ao exercício do direito de preferência, deverá ser repetido, observado o novo preço mínimo.

Cláusula Décima Quarta: A administração da sociedade será exercida pelo sócio **LUCIANO LUIS PEDROSO PEÇANHA**, a qual responderá pela administração e representação ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente.

Parágrafo Único: O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que



Rev: 81700001099244

Página 4



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 27/11/2017

Arquivamento 2017666486 Protocolo 17666486 de 23/11/2017

Nome da empresa SOFTILUX DESENVOLVIMENTO SUPORTE E MANUTENCAO DE SISTEMAS LTDA EPP NIRE 42202391684

Este documento pode ser verificado em <http://reg.jucisc.sc.gov.br/autenticar/Documentos/autenticar.asp>

Chancela 67858156118760

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/11/2017

por Henry Gey Petry Neto - Secretário-geral.

27/11/2017

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 10 DA SOCIEDADE SOFTILUX
DESENVOLVIMENTO SUPORTE E MANUTENCAO DE SISTEMAS LTDA
EPP**

CNPJ nº 02.067.290/0001-16

temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, de forma que os impeçam de exercer a função.

Cláusula Décima Quinta: A sociedade poderá nomear administrador que não pertença ao seu quadro societário.

Cláusula Décima Sexta: Pelos serviços prestados à sociedade, percebe o sócio administrador, a título de "pró-labore", uma retirada mensal que será fixada por deliberação dos sócios respeitando as possibilidades financeiras da sociedade.

Cláusula Décima Sétima: A sociedade, na pessoa do administrador, poderá nomear procurador para fins determinados.

Cláusula Décima Oitava: As deliberações sociais deverão ser tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor das cotas de cada sócio.

Parágrafo Único: Fica dispensada a convocação para reuniões ou assembleias relativas às deliberações sociais em razão do disposto no Par. 2º do art. 1.072 da Lei 10.406/02.

Cláusula Décima Nona: A morte de qualquer dos sócios não dissolve a sociedade.

Cláusula Vigéssima: Na hipótese da cláusula anterior, os herdeiros ou sucessores, após a devida homologação da partilha poderão requerer à sociedade, suceder o sócio falecido, o que ficará a exclusivo critério dos sócios remanescentes aceitarem ou não.

Parágrafo Primeiro: Havendo recusa por parte dos sócios remanescentes, estes farão levantar balanço específico para acerto de contas em relação aos herdeiros ou sucessores do sócio falecido, preferencialmente na data do óbito.

Parágrafo Segundo: Enquanto não houver nomeação de inventariante os haveres do sócio falecido poderão ser depositados em conta bancária aberta especialmente para esse fim. Aplica-se ainda em relação à morte de qualquer sócio o disposto nos Arts. 1.027, 1.028 e 1.032, da Lei nº 10.406/02.

Cláusula Vigésima Primeira: Será excluída da sociedade, de pleno direito, a sociedade empresária que for declarada falida, ou ainda qualquer sócio por incapacidade superveniente à assinatura do presente instrumento, observado o comando legal do art. 1.030, da Lei 10.406/02.

Req: 81700001099244

Página 5



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 27/11/2017

Arquivamento 20176666486 Protocolo 176666486 de 23/11/2017

Nome da empresa SOFTILUX DESENVOLVIMENTO SUPORTE E MANUTENCAO DE SISTEMAS LTDA EPP NIRE 42202391684

Este documento pode ser verificado em <http://reg.jucos.sc.gov.br/autenticacao/Documentos/autenticacao.aspx>

Chancela 67838156118760

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/11/2017

por Henry Gary Pury Neto - Secretário-geral.

27/11/2017

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 10 DA SOCIEDADE SOFTILUX
DESENVOLVIMENTO SUPORTE E MANUTENCAO DE SISTEMAS LTDA
EPP**

CNPJ nº 02.067.290/0001-16

Cláusula Vigésima Segunda: Quando mais da metade do capital social entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderão excluí-lo(s) da sociedade.

Parágrafo Único: Considera-se justa causa ou ato de inegável gravidade, o sócio que praticar habitualmente ou não (falta grave): atos de calúnia; concorrência desleal; abuso de poder em relação ao cumprimento deste instrumento e da legislação que o rege; e pela inadimplência de qualquer sócio em relação à integralização de cotas subscritas, observado o disposto no art. 1.004 da Lei 10.406/02

Cláusula Vigésima Terceira: Os haveres dos sócios retirantes ou excluídos serão pagos mediante a elaboração de balanço levantado especificamente para esse fim, na data da resolução, com base na situação patrimonial da sociedade.

Cláusula Vigésima Quarta: A cota liquidada será paga em dinheiro, com carência de 90 dias, em uma parcela se o montante for de 5% do capital social ou em até 12 meses, se superior, em prestações mensais, iguais e sucessivas, atualizadas por índice de correção monetária nacional acrescida de juros remuneratórios de 0,5% ao mês, calculados de forma simples, procedendo-se a redução do capital social e respectivas reservas.

Cláusula Vigésima Quinta: No prazo de trinta dias, será levantado o balanço da sociedade, cuja data-base é a da ocorrência do referido evento.

Cláusula Vigésima Sexta: O balanço a que se refere à cláusula anterior, será elaborado por contador regularmente habilitado, que deverá observar: o valor de mercado para os bens do ativo circulante e a reavaliação a valor venal dos bens e dos direitos do ativo permanente; todos os ativos e passivos ocultos tais como base negativa para tributos, fundo empresarial ou aviamento, aquilutado pelo método holístico; os valores ilíquidos oriundos de incertezas por demandas judiciais ativas e passivas ou pela existência de títulos de realização duvidosa; e não serão considerados os lucros ou perdas posteriores à ocorrência do evento que lhe deu causa, exceto se forem consequências diretas de atos de gestão tais como o fundo empresarial.

Cláusula Vigésima Sétima: A sociedade mantém os registros contábeis necessários.

Cláusula Vigésima Oitava: O exercício social encerra-se no dia 31 de dezembro de cada ano, quando se procede a verificação dos lucros ou prejuízos, levantado pelo balanço geral, obedecido as prescrições legais pertinentes à matéria.

Cláusula Vigésima Nona: Os lucros líquidos apurados poderão ser distribuídos aos sócios, inclusive, em percentual diverso da participação do capital social ou, a critério dos mesmos, ser aplicados em reservas na sociedade para futuro aumento de capital.



Req: 81700001099244

Página 6



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 27/11/2017

Arquivamento 20176666486 Protocolo 176666486 de 23/11/2017

Nome da empresa SOFTILUX DESENVOLVIMENTO SUPORTE E MANUTENCAO DE SISTEMAS LTDA EPP NIRE 42202391684

Este documento pode ser verificado em <http://reg.jucisc.sc.gov.br/autenticacao/Documentos/autenticacao.aspx>

Chancela 67858156118760

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/11/2017

por Henry Gey Petry Neto - Secretário-geral.

27/11/2017

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 10 DA SOCIEDADE SOFTILUX
DESENVOLVIMENTO SUPORTE E MANUTENCAO DE SISTEMAS LTDA
EPP**

CNPJ nº 02.067.290/0001-16

Parágrafo Único: É permitida a distribuição antecipada dos lucros de exercício, observadas as disponibilidades financeiras da sociedade e a obrigatoriedade de reposição dos lucros quando a distribuição antecipada afetar o Capital Social, de acordo com o artigo 1059 da Lei nº 10.406/2002.

Cláusula Trigéssima: Os prejuízos que porventura se verificarem serão mantidos em conta especial para serem amortizados em exercícios futuros, e não o sendo, serão suportados pelos sócios proporcionalmente à participação de cada um.

Cláusula Trigésima Primeira: Em caso de liquidação da sociedade será liquidante o sócio escolhido por deliberação pela maioria do capital social, fixando data para o respectivo encerramento. Nesta hipótese, os haveres da sociedade serão empregados na liquidação de suas obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os cotistas na proporção do número de cotas que cada um possuir.

Cláusula Trigésima Segunda: A sociedade reger-se-á pela Lei nº 10.406/02, supletivamente pela Lei nº 6404/76 e demais disposições legais aplicáveis.

Cláusula Trigésima Terceira: Fica eleito o foro da comarca de Florianópolis/SC para as questões oriundas deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

FLORIANOPOLIS, 16 de novembro de 2017.


SERGIO BASTOS
CPF: 198.198.800-00


LUCIANO LUIS PEDROSO PECANHA
CPF: 465.005.370-68


SAMARA COSTA OLIVEIRA PECANHA
CPF: 003.876.848-84

Req: 81700001099244

Página 7



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

27/11/2017

Certifico o Registro em 27/11/2017

Arquivamento 2017666486 Protocolo 17666486 de 23/11/2017

Nome da empresa SOFTILUX DESENVOLVIMENTO SUPORTE E MANUTENCAO DE SISTEMAS LTDA EPP NIRE 42202391684

Este documento pode ser verificado em <http://reg.jucis.sc.gov.br/autenticacao/Documentos/autenticacao.aspx>

Chancela 67858156118760

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/11/2017

por Henry Guy Petry Neto - Secretário-geral.



176666486

NOME DA EMPRESA	SOFTILUX DESENVOLVIMENTO SUPORTE E MANUTENCAO DE SISTEMAS LTDA EPP
PROTOCOLO	176666486 - 23/11/2017

MATREZ

NIRE: 42202991684
CNPJ: 02.967.200/0001-16
CERTIFICADO DE REGISTRO EM 23/11/2017
SOB N: 20176666486



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

23/11/2017

Certifico o Registro em 23/11/2017

Arquivamento 20176666486-Protocolo 176666486 de 23/11/2017

Nome da empresa SOFTILUX DESENVOLVIMENTO SUPORTE E MANUTENCAO DE SISTEMAS LTDA EPP NIRE 42202991684

Este documento pode ser verificado em <http://regis.jucesc.sc.gov.br/validacao/Documentos/validacao.aspx>

Chancela 67858156118360

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/11/2017

por Henry Gery Peiry Neto - Secretário-geral,